



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Intervenção no âmbito da Pré-Cimeira da Cimeira Mundial dos Sistemas Alimentares

1. Os sistemas alimentares sempre foram e continuam sendo um pilar importante para o desenvolvimento económico de Moçambique. Eles representam o meio de vida e subsistência para a maioria da população. Reconhecendo esse papel, o Governo de Moçambique possui um instrumento de governação chamado Programa Quinquenal do Governo. Trata-se de um programa com uma visão de desenvolvimento, orientado para uma economia diversificada, criação de emprego e renda, integrando as famílias rurais e peri-urbanas nos mercados, e com enfoque para o alívio à pobreza e redução das desigualdades sociais.

2. Durante o processo dos diálogos nacionais conduzidos no âmbito desta cimeira, várias foram as necessidades identificadas para reforçar a Estratégia do Governo com vista ao alcance dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. De entre elas, destacam-se as seguintes acções definidas como prioritárias:
 - i. Aumento da produção e produtividade;
 - ii. Acesso a financiamento adequado;
 - iii. Provisão de assistência alimentar e nutricional;
 - iv. Promoção de pagamentos por serviços ambientais.

3. O aumento da produção e produtividade será possível através do aumento da provisão de insumos melhorados, garantia de maior acesso aos serviços de extensão e acesso ao financiamento. A prioridade, nesta componente, passa pelo aumento do número de produtores com acesso a cada um destes serviços.
4. No sector agrário, as metas até 2030 incluem o aumento do número de produtores que usa sementes melhoradas, dos actuais menos de 10% para cerca 26%; dos que tem acesso aos serviços de extensão, de cerca de 6.9% para 46%; aumento da produtividade média das principais culturas alimentares, dos actuais menos de 1 ton/ha para cerca de 4 ton/ha; e aumento do acesso ao financiamento, dos pouco menos de 1% para cerca de 25%.
5. Para a componente de acesso ao financiamento, até 2030 é importante a provisão de formas de financiamento adequadas ao perfil de risco da maioria das explorações familiares nas zonas rurais. Numa primeira fase, o financiamento poderá ser através de mecanismos de subvenção aos pequenos agricultores e pescadores com perfil de comerciante emergente, em paralelo com a provisão de serviços de suporte com destaque para assistência técnica e ligação com os mercados.
6. No concernente à provisão de assistência alimentar e nutricional, destaca-se a necessidade de intervenções com vista não só na melhoria do acesso ao alimento, mas também na melhoria nutricional. Por isso, algumas das intervenções definidas passam pela implementação do programa dos 1,000 dias, que consiste na provisão de farinhas fortificadas para mulheres

gestantes e crianças até aos 2 anos, e na expansão do actual programa nacional de alimentação escolar.

7. O acesso a água potável é também reconhecido como uma intervenção importante para a segurança alimentar e nutricional. Até 2015, cerca de 59% da população urbana e 28% da população rural tinha acesso a água potável por sistemas principais e secundários, respectivamente. É neste contexto que o Governo de Moçambique tem vindo a intervir na melhoria e expansão dos serviços de abastecimento de água canalizada, com a participação e gestão feita pelos líderes comunitários e utilizadores, com vista à garantia de acesso a água potável para toda a população até 2029.
8. A última acção prioritária aqui apresentada, refere-se à promoção de pagamentos por serviços ambientais através, por exemplo, de mecanismos como o REDD+ implementado por empresas nacionais e internacionais, com obrigações sociais e ambientais para o país. Esta acção tem como propósito o desincentivo à destruição do ecossistema e geração de receitas para investimento em acções de conservação e recuperação do ecossistema.
9. Para o sucesso de todas estas acções, o Governo de Moçambique reconhece a necessidade de alinhamento das novas intervenções propostas com as diferentes actividades actualmente em curso, bem como a necessidade de colaboração com os diversos actores-chave, desde os parceiros de desenvolvimento, o sector empresarial, academia, comunidades locais e sociedade civil, garantindo, fundamentalmente a inclusão dos grupos menos favorecidos (mulheres, jovens e indivíduos portadores de deficiência) em todas as etapas de intervenção.